

31 Longa impunidade

GILSON LUIZ EUZÉBIO

BRASÍLIA— O esquema de desvio de dinheiro do Banco do Estado do Pará (Banpará) é um mistério de longevidade. O processo sobreviveu a seis diretorias do Banco Central, a quem cabe investigar os crimes no mercado financeiro, a dois presidentes da República e a três moedas. Os desvios teriam ocorrido entre 1984 e 1988, época em que o atual presidente do Congresso Nacional, senador Jader Barbalho, governou o Pará. Mas somente em 1991, o Banco Central concluiu a primeira investigação das irregularidades. E só agora elas vêm a público.

Os desvios iniciaram em 1984, época em que Afonso Celso Pastore presidia o Banco Central do Brasil, nomeado pelo último presidente da República do regime militar, o general João Batista de Figueiredo. A moeda nacional da época era o cruzeiro. Veio a democracia, José Sarney assume a Presidência da República, em março de 1985, e nomeia Antonio Carlos Braga Lemgruber para dirigir o Banco Central. Mas o esquema de Jader Barbalho continuou incólume.

Logo depois, Sarney substitui o presidente do Banco Central por Fernão Bracher, por Francisco Gros, por Fernando Millet e Elmo Camões. Gros foi um dos que contribuiu decisivamente para o processo continuar na penumbra. Ele assinou um documento, datado em 06 de maio de 1992, inocentando o senador Jader Barba-

lho. O documento, muito utilizado por Jader, dizia: "não conseguimos detectar provas suficientes, robustas, convincentes, no sentido de, juridicamente, indiciar o Sr. Jader Barbalho".

Em 1992, até o processo que foi remetido para o Ministério Público Estadual sumiu misteriosamente das prateleiras do prédio. As informações que comprometiam Jader barbalho só vieram à tona em 1996, já no governo Fernando Henrique. Uma parte do relatório do fiscal do BC, Abrahão Patruni Júnior, foi divulgada pelo jornal *O Estado de São Paulo*. Na época, o senador Jader Barbalho era o principal defensor da criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o sistema financeiro e apurar por que irregularidades em grandes bancos passaram despercebidas pelo Banco Central por vários anos.

As notícias de fraudes no Banpará diminuíram subitamente o ímpeto moralizador do senador, numa época em que o governo travava uma batalha para impedir a instalação da CPI. Resultado: mesmo instalada, a CPI dos Bancos não foi a lugar nenhum. Serviu apenas para produzir mais um dos tantos calhambeços de documentos que entulham as prateleiras do Congresso.

E o caso do Banpará ficou esquecido até o início deste ano, quando Patruni Júnior decidiu falar o que sabia: que o desvio de dinheiro do banco tinha migrado para as contas de Jader e seus familiares.